

PROTEGER AS PESSOAS VÍTIMAS
DE CONFLITOS ARMADOS É

AGIR

PELOS DIREITOS HUMANOS



À LUPA

Porque é que o mundo
ainda não é igual?

RADAR

Proteger os direitos
humanos através da arte

OUTROS OLHARES

Defender a esperança e os
diretos humanos em Kibera

NESTA EDIÇÃO:



04

NOTÍCIAS DA DIREÇÃO



20

PROTEGER OS DIREITOS HUMANOS ATRAVÉS DA ARTE



06

DOSSIÊ: CONFLITOS ARMADOS FONTE DE VIOLAÇÕES DE DH



24

BOAS NOTÍCIAS



30

AS ESTRUTURAS A AGIR

Imagem da capa: Campo de refugiados, Hamam al-Ailil, Iraque. Maio 2017 © Amnesty International



A AGIR é a revista da Amnistia Internacional Portugal publicada quatro vezes por ano.

FICHA TÉCNICA

Propriedade: Amnistia Internacional Portugal

Diretor: Pedro A. Neto (diretor-executivo)

Equipa Editorial:

Diretor - Paulo Fontes

Coordenação - Irene Rodrigues

Conceção gráfica - Ana Carina Figueiredo

Colaboram neste número: Ana Carina Figueiredo, Brigitte Gonçalves, Bruna Oliveira, Cátia Silva, Donatella Rovera, Filipa Mourão, Irene Rodrigues, José Alexandre Silva (dossiê), Luísa Freitas, Paulo Pinto, Susana C. Gaspar e Susana Leal Silva.

Revisão: José Alexandre Silva

Impressão: Gráfica Central de Almeirim, Lda.

AMNISTIA INTERNACIONAL



CONTACTOS

Amnistia Internacional Portugal
Rua do Remolares, 7 - 2.º
1200-370 Lisboa

revista@amnistia.pt

info@amnistia.pt

(assuntos relacionados com donativos mensais)



www.amnistia.pt



facebook.com/aiportugal



twitter.com/AmnistiaPT



instagram.com/amnistia_pt

Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus signatários. Excluída de Registo pela ERC

EDITORIAL

IRENE RODRIGUES

Coordenação editorial

Este, vai ser um ano de desafios para os direitos humanos. Os vários conflitos que se verificam em diferentes partes do globo fazem vítimas civis, obrigaram milhares de pessoas a deslocarem-se das suas casas e milhares de outras a tornarem-se refugiadas. Os conflitos e as suas consequências serão alguns temas que estarão debaixo do nosso radar e aos quais dedicaremos os dossiês das revistas de este ano.

Atualmente, mais de 68 milhões de pessoas em todo o mundo estão deslocadas em consequência de conflitos armados, o número mais elevado de sempre, e há dois conflitos que têm desempenhado um papel muito importante nesta situação: o conflito na Síria e o conflito no Líbano. A Amnistia Internacional tem monitorizado, incluindo no terreno, e tem recolhido provas da cumplicidade de alguns governos nos abusos que estão a acontecer em ambos os conflitos, nomeadamente, devido ao fornecimento de armas que alimentam as violações de direitos humanos. É a esta situação que dedicamos o dossiê deste número, que fica completo com uma entrevista à investigadora

sénior da Amnistia Internacional para as crises, Donatella Rovera, que regressou recentemente de Raqqa, na Síria.

Há neste número ainda espaço para lembrar a situação das mulheres no mundo, por ocasião do 8 de março, Dia Internacional da Mulher. Damos também a conhecer o projeto “Artes pela Amnistia” que pretende usar a arte para sensibilizar para os temas de direitos humanos. Neste número acompanhamos ainda as ações de algumas das nossas estruturas: da Rede de Ação Jovem, do Grupo de Leiria e do Grupo de Chaves.

Por fim, nunca é demais lembrar a importância de assinar e enviar os postais relativos aos apelos mundiais, porque deste gesto tão simples resultam as boas notícias que em cada edição refletem o sucesso do trabalho da Amnistia e das vidas que ajudamos a tornar mais felizes. E isso acontece também por causa da sua participação.

Boas leituras!



CALENÁRIO DE ATIVISMO

MAIO

2
a 12

Prémio Amnistia Internacional no IndieLisboa

3

Dia Internacional da Liberdade de Imprensa

18

38º Aniversário da Amnistia Internacional Portugal 

27
a 29

Conferências do Estoril

5

58º Aniversário da Amnesty International 

20

Dia Mundial do Refugiado

26

Dia Internacional de Apoio às Vítimas de Tortura

JUNHO

ANTENA 2

CASOS DA AMNISTIA

6ª feiras . 12h30 . 18h30

www.amnistia.pt/programa-radio-casos-da-amnistia



Direitos Humanos, agora e sempre

Há 30 anos, a Amnistia Internacional assinalava o 40º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos com uma ambiciosa campanha global de sensibilização da opinião pública. Chamou-se Human Rights Now! (“*Direitos Humanos, Já!*”) e decorreu entre setembro e outubro de 1988. Tratou-se de uma extensa digressão musical encabeçada por Bruce Springsteen, Sting, Peter Gabriel, Tracy Chapman e Youssou N’Dour, que realizou dezenas de espetáculos pelos cinco continentes. A campanha alargou consideravelmente a consciência mundial para a defesa dos Direitos Humanos e permitiu à Amnistia Internacional triplicar o seu número de membros e apoiantes e tornar-se uma organização verdadeiramente global.

O mundo de 1988 era muito diferente do de hoje, em vários aspetos. Dois blocos político-militares antagónicos em guerra fria e em permanente risco de confronto nuclear, um Terceiro Mundo empobrecido e dividido, uma pesada herança da época colonial e ditaduras opressivas compunham o xadrez mundial. Três décadas alteraram substancialmente o cenário

da geopolítica mundial mas não modificaram um aspeto fundamental: os Direitos Humanos continuam a ser sistematicamente violados. A *Human Rights Now!* incidiu sobre as causas em que a Amnistia Internacional estava então envolvida – os prisioneiros de consciência, as execuções extrajudiciais ou a denúncia da tortura e da pena de morte - mas chamou a atenção para questões que se tornaram gradualmente mais preocupantes, como a proteção da floresta amazónica e das populações indígenas ou as vagas de refugiados provocadas pelo deflagrar de conflitos armados.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, cuja celebração motivou a *Human Rights Now!*, acaba de completar 70 anos. Permanece o documento essencial e a base da inspiração do trabalho da Amnistia Internacional e dos defensores dos Direitos Humanos em todo o mundo, que é necessário invocar e salvar perante os novos desafios: a proliferação do discurso do ódio e da intolerância, nas suas diversas matizes – religioso, racial, xenófobo, de género ou homofóbico –, a crise migratória sem



© Ken Regan/Neal Preston

precedentes ou a escalada de ataques aos defensores dos Direitos Humanos, os sinais mais evidentes de uma nova e preocupante conjuntura que atinge hoje dimensões inesperadas.



A Amnistia Internacional Portugal, à semelhança e em sintonia com o movimento internacional, também cresceu em dimensão, dinâmica e impacto ao longo destas três décadas, adaptando-se aos novos desafios,

ampliando a extensão e visibilidade do trabalho em defesa dos Direitos Humanos e reforçando a coesão entre membros, apoiantes, estruturas operacionais, órgãos sociais e equipa executiva.

A nova Direção, que acaba de completar um ano em funções, está empenhada em prosseguir esse esforço de consolidação e de crescimento. A última Assembleia Geral, que teve lugar em Lisboa em dezembro de 2018, foi o mais recente momento de trabalho conjunto, em articulação com o “Fórum da Coragem”, onde foi possível debater temas e problemáticas atuais e que contou com a presença de destacados defensores dos Direitos Humanos, como Vitalina Koval e Idil Eser.

Os próximos momentos de encontro e reflexão terão lugar em Coimbra, no Conselho Geral que ocorrerá a 16 de março, e na Assembleia Geral Ordinária de 6 de abril, que realizar-se-á em Peniche e na qual irá decorrer a eleição para o cargo de Tesoureiro e de um vogal da Direção. Relembramos que, de acordo com as últimas alterações estatutárias e em conformidade com uma prática comum no movimento

internacional, os mandatos da Direção passarão a ser desfasados no tempo, o que permitirá uma renovação mais segura e uma melhor indução dos seus elementos. Por fim, a AI – Portugal estará presente no próximo Fórum Regional da Europa e Ásia Central, que se realizará em Paris entre 29 e 31 de março. A luta pela defesa dos Direitos Humanos exige o esforço e a dedicação permanente de todos os que lutam por esta causa, porque é um trabalho sempre inacabado e sempre incompleto. A motivação que nos animava há 30 anos, na campanha *Human Rights Now!*, é a mesma que nos inspira hoje, porque os desafios permanecem e, com eles, a nossa determinação, na Amnistia Internacional Portugal e no movimento internacional. Como improvisou Sting no final do espetáculo de encerramento da *Human Rights Now!*, em Buenos Aires, ao repetir em coro o refrão do *Get Up, Stand Up* de Bob Marley, “*Derechos Humanos Ya, Para Siempre, Ya!*”.



© REUTERS

DOSSIER

Os conflitos armados são fonte de violações de direitos humanos

Os conflitos armados e as guerras continuam a ser responsáveis por morte, deslocamentos de populações e sofrimento em grande escala. Todos os dias temos contacto, através dos meios de comunicação, de numerosos conflitos armados que estão a acontecer em todo o mundo, incluindo aqueles que envolvem partes em conflito dentro de um estado (conflitos armados não-internacionais) e aqueles que envolvem forças armadas de dois ou mais estados (conflitos armados internacionais).

Em 2017 16,2 milhões de pessoas foram deslocadas à força em resultado de perseguição, conflito ou de violência generalizada. Equivale a 44 400 pessoas por dia e é o número mais elevado registado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). No final do ano o número de deslocados representava cumulativamente 68,5 milhões. Significa que os deslocados à força atingiram um novo recorde, representando mais do que a população do Reino Unido.

ALGUMAS DAS CONSEQUÊNCIAS DOS CONFLITOS

Os conflitos armados têm implicações muito mais além do que as mortes e ferimentos que provocam em combate.

Provocam a destruição do tecido social de uma região ou país. Afetam a circulação de pessoas, alimentos, bens e também dos serviços públicos como escolas, universidades e hospitais. Aliada à destruição de edifícios residenciais, colocam em espera, sem rumo, a vida das populações apanhadas no meio das partes em conflito, onde muitas vezes são mais do que vítimas colaterais, são visadas intencionalmente.

Os refugiados e migrantes são o resultado direto dos conflitos e perseguição - sobre estes, vamos nas páginas que se seguem falar dos casos da Síria e o do Iémen - mas também as crianças soldado. Vítimas e simultaneamente verdugos dos senhores

da guerra, as crianças-soldado (rapazes e raparigas) são raptadas (algumas com 8 anos de idade), são obrigadas a combater, matar, destruir e são, elas próprias alvo de violência sendo usadas como bombistas suicidas, carregadores e escravas sexuais sendo submetidos a todo o tipo de violência.

AS CRIANÇAS-SOLDADO: NÚMEROS ASSUSTADORES

Quem está a ler este texto já foi criança. E, certamente, com maior ou menor dificuldade, com mais ou menos brinquedos e com mais ou menos amigos, foi feliz. Tinha uma casa. Tinha uma família. Tinha tempo livre para brincar. Andava na escola, ainda que na altura fosse considerada, em alguns casos, o pior sacrifício que se tinha de fazer.

Certamente, também, que quando caiu a primeira vez e fez a primeira ferida, que teve alguém que a ajudasse a sarar, que lhe desse um mimo. Teve, também, o período festivo de Natal, à espera, nos primeiros anos que chegasse o Pai Natal e, depois, mais velhos, ter as prendas desejadas consoante as notas da escola.

Mas não é assim em todo o lado. Há no mundo crianças que, em alguns casos, a partir dos oito anos são ensinadas a matar para não morrer. Ou que são utilizados como suicidas, com bombas ao redor do corpo, contra alvos identificados. E há crianças, meninas inocentes, com essa idade a servirem para tudo. E isto é um crime horrendo.

A Child Soldiers International identifica fações beligerantes responsáveis por recrutar e usar crianças-soldado em 14 países: Afeganistão, Colômbia, Filipinas, Iémen, Iraque, Mali, Myanmar, Nigéria, República Centro Africana, República Democrática do Congo, Síria, Somália, Sudão e Sudão do Sul.

Não é possível saber o número total de crianças-soldados no mundo atualmente, mas segundo a organização *Child Soldiers International* o número

de rapazes e raparigas a serem explorados por grupos armados e forças armadas ronda as dezenas de milhares. Eis alguns exemplos: Em 2017, na Nigéria e nos Camarões houve o relato de 203 crianças serem usadas como “bombas suicidas” pelos Boko Haram; Desde 2013 que 19 000 crianças foram recrutadas pelas forças armadas e por grupos armados no Sudão do Sul; Em 2017 foram reportados mais de 3 000 casos de recrutamento de crianças por grupos armados, na República Democrática do Congo; De acordo com a UNICEF mais de 1800 crianças foram recrutadas na Somália nos primeiros meses de 2018.

horíveis dos conflitos.

Fundamentalmente, exige que os beligerantes de todos os lados poupem os civis e as pessoas que já não estão envolvidas em combates, como os soldados feridos ou que se renderam. As graves violações destas regras, tal como ataques diretos contra civis, constituem crimes de guerra.

Violações graves, incluindo crimes de guerra, genocídio e crimes contra a humanidade, estão sob uma categoria legal especial conhecida como lei penal internacional. Todos os estados têm a obrigação de levar a julgamento aqueles que são razoavelmente suspeitos de



© Amnesty International

O QUE DIZ A LEI

Os conflitos armados são abrangidos principalmente pela lei humanitária internacional (LHI), mesmo em tempos de guerra há regras que devem ser obedecidas por todas as partes beligerantes. O direito humanitário internacional, também conhecido como leis da guerra, foi desenvolvido com o intuito de proteger os civis dos efeitos

responsabilidade penal por crimes sob a lei internacional.

O Tribunal Penal Internacional (TPI) foi criado em 2002 para julgar pessoas acusadas de crimes de genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e crimes de agressão ao abrigo do direito internacional. O TPI é um tribunal de última instância, usado quando os sistemas judiciais nacionais



© Amnesty International



Quer saber mais sobre esta temática? Aceda a:

amnistia.pt/conflitos-armados-alimentam-violacoes-de-direitos-humanos

são incapazes ou não querem levar os perpetradores à justiça. Os casos podem ser remetidos ao TPI por um Estado Parte ou pelo Conselho de Segurança da ONU.

O TRABALHO DA AMNISTIA INTERNACIONAL

A Amnistia Internacional tem estado sempre na linha da frente para denunciar todo o tipo de violações da lei internacional durante os conflitos armados, realizando investigações, no local ou remotamente. Os nossos investigadores passam milhares de horas por ano no terreno, em áreas afetadas por conflitos, entrevistam testemunhas e sobreviventes, recolhem informação junto de um grande número de organizações locais e de agentes, incluindo militares e funcionários encarregados de fazer cumprir a lei. Os conselheiros em matéria de armas e de assuntos militares da Amnistia Internacional identificam as armas e munições e analisam os seus efeitos.

Além de relatar as situações diretamente das zonas de conflito, a Amnistia emprega uma série de técnicas de vanguarda – incluindo análise de imagens de satélite bem como a verificação de provas digitais disponíveis, como sejam vídeos e fotografias colocadas por ativistas e testemunhas na internet – para monitorizar os conflitos em todo o

mundo. Pode ver também nas páginas que seguem exemplos deste trabalho.

Juntamente com os testemunhos e fotografias recolhidas como provas no terreno e os dados das imagens recolhidos remotamente fornecem à Amnistia os factos base para as campanhas e o trabalho de pressão da organização.

AS METAS DA AMNISTIA

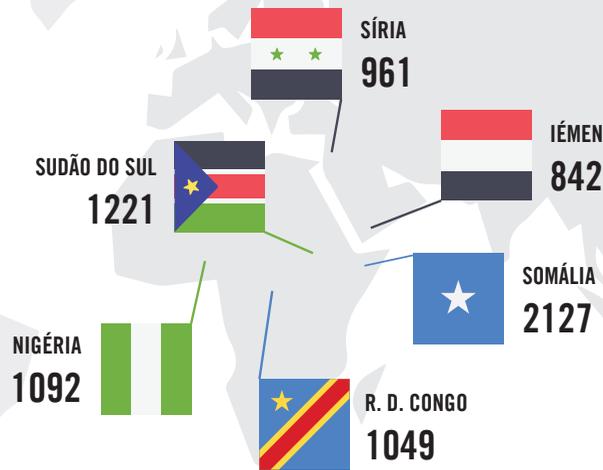
Todos, na nossa vida, trabalhamos com um objetivo. Todos temos objetivos a cumprir e sonhos a realizar. A Amnistia Internacional não é diferente. E neste sentido vai continuar a pugnar pela defesa dos direitos humanos e neste tema dos conflitos armados, por diversos objetivos bem definidos: O fim da impunidade para os crimes de Guerra, crimes contra a humanidade, e genocídio; Que haja em todas as partes em conflito a compreensão de que não há justificação para violar o princípio da proteção concedida aos civis ao abrigo do direito internacional; O fim do recrutamento e uso de crianças-soldado e a sua desmobilização, reabilitação e reintegração na sociedade; A implementação nas legislações nacionais e a sua aplicação na prática do inovador Tratado de Comércio de Armas (sobre o TCA falaremos mais à frente).



CRIANÇAS-SOLDADO

Em 2017 verificaram-se números alarmantes de recrutamento e uso de crianças-soldado. As Nações Unidas apontam os principais responsáveis:

[Dados das Nações Unidas no seu Relatório sobre crianças e conflitos armados]



REFUGIADOS E CONFLITOS

25,4 MILHÕES

REFUGIADOS

3,1 MILHÕES

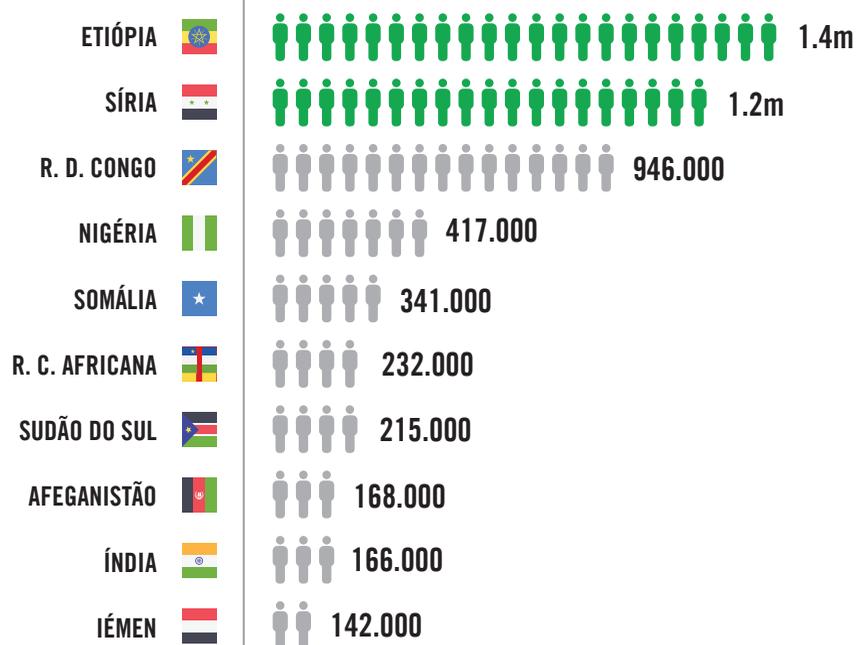
REQUERENTES DE ASILO

85%

REFUGIADOS ACOLHIDOS POR REGIÕES EM DESENVOLVIMENTO

PAÍSES COM MAIS POPULAÇÕES DESLOCADAS INTERNAMENTE ASSOCIADAS A CONFLITOS E VIOLÊNCIA DE JAN A JUN 2018

[Dados Internal Displacement Monitoring Centre]



[Dados ACNUR, Relatório Tendências globais 2017]



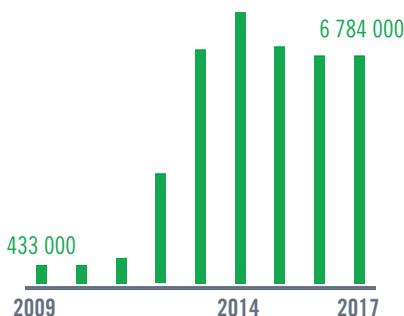
© Ekrem Masri/Anadolu Agency/Getty Images

Um conflito que prejudica tão só o povo

Quando se fala na Síria, nos dias de hoje, quantos de nós ouvem a notícia em qualquer telejornal até ao fim? Quantos é que já não querem saber e assobiam para o ar, mudando de canal ou virando, sem já ler as letras gordas, a página do jornal?

Nº DE PESSOAS DESLOCADAS NA SÍRIA ENTRE 2009 e 2017

[Dados de Internal Displacement Monitoring Centre]



MAIS DE 5 MILHÕES
DE PESSOAS SAÍRAM DO PAÍS, DAS QUAIS

511.000

TORNARAM-SE REFUGIADAS

[Dados do ACNUR]

Quando se chega a este ponto, tenta-se perceber os motivos: o primeiro é básico. Não é perto de nós. É longe e por isso não nos afeta diretamente. O segundo a desinformação: todas as “fake news” que inventam histórias de casos de insucesso e de refugiados que são “criminosos” ou que “cuspiram na mão que lhes deu de comer”. Em terceiro lugar, a duração do conflito. Valha a verdade, já dura mais do que a Segunda Guerra Mundial. Desde 2011, já são oito anos. Por último, tal e qual a já esquecida “Guerra Fria”, de um lado está a Rússia e os seus aliados, e do outro, a América e os seus amigos. E até para isto, já não há pachorra, não é?

Só que este estado de espírito é errado. Muito errado. Porque no limite e no essencial o que importa são mesmo as pessoas. E o ser humano, por muito que se queira apregoar o

contrário, não tem raça, não tem país, não tem nacionalidade. O ser humano é um só. E isso devia-nos preocupar. E muito. Porque aquela criança que morre à fome podia ser nosso filho. Ou familiar direto. Ou um filho de um amigo, de um conhecido. Ou um completo estranho, que seria tão grave como se fosse um dos nossos.

E a situação da Síria é tão grave como se fosse vivida na porta ao lado. Na rua ao lado. Na cidade ao lado. No nosso país. Porque o mundo, também, é um só. E as pessoas inocentes que morrem, assassinadas por armas com muitos donos, são também nossas. A nossa responsabilidade passa por continuar a persistir na divulgação de todas as histórias. Em fazer um trabalho sério, assertivo e responsável. É isso que a Amnistia Internacional tem feito desde o primeiro dia. E com a ajuda de muitas pessoas.



© Amnesty International

OS “STRIKE TRACKERS” DA AMNISTIA

Ao longo dos anos que dura o conflito na Síria, a Amnistia Internacional tem acompanhado, de forma intensa, todo o drama humano que se vive no país. Os relatórios de violações de Direitos Humanos têm sido regulares e, infelizmente, sempre substanciais, assim como os projetos de investigação, alguns com assinalável sucesso.

Um deles, mais visível e atual, é o projeto “Strike Tracker”, que permite que todas as pessoas com um telemóvel ou computador portátil possam contribuir para a investigação vital da Amnistia Internacional aos padrões de devastação civil – incluindo potenciais violações das leis da guerra.

Em 2018, milhares de ativistas digitais do mundo inteiro participaram neste novo projeto inovador de recolha de dados lançado pela Amnistia Internacional, analisando imagens de satélite para ajudar a identificar como os bombardeamentos da coligação militar liderada pelos EUA destruíram quase 80% de Raqqa.

O trabalho de investigação no terreno e análise realizado pela Amnistia Internacional após as batalhas terem terminado, em outubro de 2017,

trouxo à luz provas convincentes de aparentes violações da lei humanitária internacional (as leis da guerra) por parte da coligação liderada pelos EUA. E fizeram com que a coligação revisse as suas estatísticas sobre as mortes de civis, de 23 para mais de 100 – um aumento de 300%.

A CULPA NÃO MORRE SOLTEIRA

A expressão do entretítulo é muitas vezes utilizada em diversos contextos mas no caso da Síria, e de uma forma “simplista” para ser acessível na compreensão, ela é muito real. São, de forma genérica, três as maiores forças responsáveis pela tragédia no país. E nenhuma delas é inocente, independentemente dos motivos que dizem ter. Todas elas têm a sua quota-parte de responsabilidade e o sangue nas mãos de muitas vítimas civis inocentes.

De um lado, as forças governamentais lideradas pelo presidente Bashar al-Assad e com o apoio da Rússia e da Turquia, para citar dois dos parceiros mais fortes. No relatório anual que faz o balanço do estado dos direitos humanos em 2017/2018, a Amnistia Internacional diz, de uma forma geral, que “o governo sírio e as forças aliadas continuaram a cometer crimes de

guerra e outras graves violações do direito internacional humanitário, como ataques indiscriminados e ataques diretos contra civis e bens civis, como casas, hospitais e unidades de saúde” e de forma mais específica, enumera vários casos, entre eles o ataque com armas químicas, proibidas internacionalmente, “sobre a cidade de Khan Sheikhoun, na zona rural de Idlib, matando mais de 70 civis e deixando centenas feridos”.

Do outro lado, as “Forças Democráticas Sírias”, formadas por grupos armados sírio-curdos e árabes, apoiadas pela coligação liderada pelos Estados Unidos da América (EUA). Com vista a conquistar Raqqa às forças do autoproclamado Estado Islâmico (EI) bombardearam a cidade de forma indiscriminada, matando e ferindo centenas de civis.

Pelo meio e a perder, a cada dia, uma posição dominante, está o Estado Islâmico. No relatório do ACNUR dá-se destaque ao ataque a Raqqa, onde “utilizaram civis como escudos humanos” e a diversos “ataques suicidas”, que em diversos casos, causaram centenas de mortos, na sua maioria civis.



© Amnesty International

Uma “guerra esquecida” que mata crianças

O título é duro mas a vida no Iémen já ultrapassou esse epíteto. Não haja dúvidas.

Nesta altura, segundo dados assumidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) no passado mês de dezembro, mais de 20 milhões de pessoas estão a passar fome, sendo que 250 mil já se encontram na etapa mais grave de insegurança alimentar e desnutrição, tendo Martin Lowcook, subsecretário-geral da ONU para os Assuntos Humanitários, descrito a situação como “catastrófica”.

Mas a guerra do Iémen, que dura há sensivelmente quatro anos, continua pouco conhecida. A não ser que se entre pelo lado mais sensível à condição humana. As crianças. Sabia que ao longo do conflito já morreram mais de 85 mil crianças subnutridas? E que, por exemplo, em agosto de 2018 em dois ataques à bomba separados por quatro dias de diferença, morreram 69 crianças, com a justificação de que eram “ataques legítimos” em resposta a outros “ataques legítimos” em resposta a outros tantos “ataques legítimos” e... já sabe... a “ataques legítimos”?

O relatório “Necessidades Humanas para o Iémen 2019”, divulgado no passado dia 14 de fevereiro pela ONU, assume que um total de 17,8 milhões de pessoas não têm acesso a água segura e saneamento e que 19,7 milhões não têm acesso adequado à saúde, criando dessa forma as condições ideais para a propagação de doenças. Foi essa a principal razão para o surto de cólera de 2017 que afetou um milhão de pessoas e que matou mais de duas mil, muitas delas, lá está, o elo mais frágil, foram crianças.

**DESDE MARÇO 2015 ATÉ AGOSTO 2017,
EM RESULTADO DIRETO DO CONFLITO:**



5.144 MORTOS

1.184 ENTRE OS QUAIS MAIS DE
CRIANÇAS



8.749 FERIDOS

[Dados do ACNUR]



© NABIL HASSAN/AFP/Getty Images

O RELATÓRIO DA AMNISTIA EM JUNHO DE 2018

A Amnistia Internacional tem estado no terreno e denunciado todo o tipo de atropelos. No limite, todos são graves. Mas os que se inserem na categoria de “crimes de guerra” por impedirem que a ajuda humanitária chegue a quem mais precisa, deixa no ar um sentimento de indignidade.

Com cerca de 22,2 milhões de iemenitas a depender da assistência humanitária para sobreviver, em Junho de 2018, a Amnistia Internacional alertou para o perigo em que se encontravam “milhões de vidas no Iémen”, um país devastado pela guerra, devido à proibição “da entrada de bens essenciais no país, como comida, combustível e produtos médicos”, aplicada pela coligação liderada pela Arábia Saudita, “a que se juntam os atrasos na sua distribuição”, causados pela autoridade interina, os Huthis.

Na altura, Lynn Maalouf, Diretora de Investigação para o Médio Oriente da Amnistia Internacional, explicou que “as restrições ilegais às importações, aplicadas pela coligação saudita, combinadas com a interferência dos Huthis na distribuição de assistência, estão a impedir a chegada de produtos aos que mais precisam e poderiam salvar vidas no Iémen.”

“Estes constrangimentos estão a ter

consequências graves para os civis, sendo que milhões de pessoas estão perto de passar fome e a necessitar de assistência humanitária. Esta crise, provocada pelo homem, não pode mais ser ignorada. O mundo tem de parar de virar a cara enquanto a vida do Iémen está a ser sufocada lentamente.”

O CONFLITO EM POUCAS PALAVRAS

Num artigo datado de 5 de dezembro de 2018, a Amnistia Internacional explica em poucas palavras o panorama do conflito: “Num dos lados do conflito no Iémen está o grupo armado huthi frequentemente chamado “Comités Populares”, que tinha o apoio de algumas unidades do Exército iemenita e outros grupos armados leais ao antigo Presidente do país Ali Abdullah Saleh.

Do outro lado está a coligação militar liderada pela Arábia Saudita, que goza do apoio do atual chefe de Estado iemenita e a qual tem levado a cabo raids aéreos e operações militares terrestres no Iémen. Membros desta coligação incluem os Emirados Árabes Unidos, o Kuwait, a Jordânia e o Sudão. Os Estados Unidos da América (EUA) e o Reino Unido têm prestado crucial informação secreta e apoio logístico à coligação.

Nas operações no terreno no Iémen, a coligação tem operado em aliança com grupos armados anti-huthi, frequentemente chamados “Comités de Resistência Popular”. A coligação

tem aqui também o apoio de unidades das forças armadas leais ao Presidente Hadi e de uma variedade de fações diferentes”. Sem esquecer também, o papel da al-Qaeda na Península Arábica (AQPA) e do Estado Islâmico, que também têm realizado ataques, com a AQPA controlando faixas de território no interior e trechos da costa.

“As bombas e as balas mataram milhares de civis por todo o Iémen e o esmagador agravar desta crise – a mais séria em todo o mundo do ponto de vista da assistência humanitária – pôs muitos milhões de pessoas em risco de morrerem à fome”, sublinhava a chefe do gabinete da Amnistia Internacional nas Nações Unidas em Nova Iorque, Sherine Tadros.

SEM DISTINÇÃO NO CRIME

No entanto, se as ideologias os separam, os crimes de guerra são um vínculo comum. Nenhuma das partes estão livres do título de “criminosos de guerra”. Num trabalho exaustivo da Amnistia e de mais Organizações não-governamentais, os atentados têm sido documentados e expostos aos olhos do mundo.

Resta aguardar, com esperança, que as negociações para a paz cheguem a bom porto e que se reúnam todas as condições para cumprir o acordo concluído no passado mês de dezembro, na Suécia e que prevê o cessar-fogo em Hodeida, uma das cidades-chave do conflito, por onde entram as importações e da ajuda humanitária do país. Para o fim de qualquer guerra, o primeiro passo tem de ser dado. Que seja este.

As bombas e as balas mataram milhares de civis por todo o Iémen e o esmagador agravar desta crise (...) pôs muitos milhões de pessoas em risco de morrerem à fome.

Sherine Tadros



© Manaure Quintero

O (des)controlo da venda de armas

São poucos os dias em que não nos deparamos com uma notícia sobre armas. É um facto. E, infelizmente, nunca são pelos melhores motivos. E a luta pelo controlo de armas é infundável e sempre com um sucesso menor do que seria desejável. Seja a nível mais local, com as que se vendem de forma legal ou ilegal em qualquer rua ou cidade, seja a nível mundial, quando se fala de transferências internacionais entre governos.

A maior parte dos negócios é realizada por empresas de fabrico e venda, prestadores de serviços militares, negociantes e intermediários de negócios de armamento, mas são os governos que têm o dever de proteger as populações. O que é garantido é que apenas os Estados podem controlar o comércio de armas, concedendo ou recusando licenças, e só os Estados podem proibir determinados tipos de armas, desumanas, e impor embargos e suspensões às armas. Infelizmente, estes governos nem sempre cumprem as suas obrigações.

Os números são assustadores – há 875 milhões de armas em todo o mundo e são produzidas 12 mil milhões de balas todos os anos - e, muitas vezes, passam-nos ao lado, principalmente quando pensamos que apenas seis países são responsáveis pela produção de 78% do armamento mundial: China, França, Alemanha, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos da América (EUA). E que, por isso, deveria ser fácil saber para onde vai cada uma das armas. Mas não. E nem as pequenas vitórias são suficientes, como se vai ver a seguir.

6 PAÍSES RESPONSÁVEIS PELA PRODUÇÃO DE **78%** DO ARMAMENTO MUNDIAL



CHINA



FRANÇA



ALEMANHA



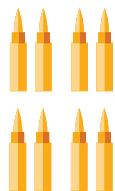
RÚSSIA



REINO UNIDO



EUA



TODOS OS ANOS SÃO PRODUZIDAS
12.000.000.000 DE BALAS

QUE CHEGARIAM PARA MATAR QUASE TODA
A POPULAÇÃO MUNDIAL **DUAS VEZES**

TRATADO SOBRE O COMÉRCIO DE ARMAS CONVENCIONAIS

Em dezembro de 2014 foi dado um passo importante com a aprovação do Tratado sobre o Comércio de Armas Convencionais (TCA) que, de forma genérica, significa que todos os Estados-signatários têm de obedecer a regras rigorosas sobre as transferências internacionais de armas, ou seja, se um país tiver conhecimento de que as armas que vai vender podem ser usadas para cometer genocídio, crimes contra a humanidade ou crimes de guerra ou de agressão, esse país tem a obrigação de não proceder à transferência.

No entanto, e passando aos exemplos, as coisas não são sempre assim. Transparentes e corretas. Em setembro de 2017, o chefe do gabinete de Controlo de Armas e Direitos Humanos da Amnistia Internacional, James Lynch, assumiu sem preconceitos a questão: “cerca de meio milhão de pessoas é morta todos os anos por armas de fogo, e milhões mais ficam encurraladas em conflitos brutais alimentados por imprudentes vendas de armamento. O Tratado sobre o Comércio de Armas Convencionais trouxe a promessa de salvar inúmeras vidas, freando as rédeas desta indústria maciça e envolta em secretismo, mas, atualmente, a fraca concretização dos seus termos e a falta de transparência estão a ameaçar miná-lo”.

E são os países que deveriam ter mais responsabilidades a nível mundial que falham nesse controlo, vendendo de forma legal, mas a parceiros que depois, de alguma forma, as “colocam”



© SALEH AL-OBEIDI/AFP/Getty Images

em cenários de guerra onde quem sofre, por norma, são os inocentes. A maioria das mortes de conflitos armados é de civis. Armas, tais como mísseis, destroem hospitais, casas, mercados e sistemas de transporte, empurrando os sobreviventes para uma vida de pobreza. As vidas das pessoas são destruídas. Na República Democrática do Congo, por exemplo, estima-se que mais de cinco milhões de pessoas tenham morrido desde 1998, indiretamente devido ao conflito armado.

OS EXEMPLOS DO EGITO E DA ARÁBIA SAUDITA

Dois exemplos mais evidentes foram denunciados pela Amnistia Internacional. O primeiro, relacionado com o Egito, em que muitos Estados, que fazem parte do TCA, como a França, o Reino Unido e a Itália, forneceram uma série de armas convencionais ao Egito que podiam ser utilizadas na repressão interna, incluindo armas ligeiras e munições. E fizeram-no apesar da violenta opressão do Governo egípcio sobre a dissidência, na qual milhares de manifestantes foram mortos, torturados ou feridos.

De acordo com o Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), entre 2012 e 2016, período durante o qual se registou uma repressão sem precedentes no Egito,

80% das importações das armas pesadas convencionais tiveram origem nos Estados Unidos, país que assinou o TCA, ou em França.

Vários governos continuaram também a fazer fluir armas para a Arábia Saudita, mesmo face às provas credíveis e esmagadoras de graves violações da lei humanitária no Iémen. Desde o início do conflito armado neste país em 2015 e durante o qual a coligação militar liderada pela Arábia Saudita tem bombardeado escolas, hospitais e outras infraestruturas civis, o Reino Unido aprovou exportações de armamento no valor de 3,7 mil milhões de libras (cerca de 4,1 mil milhões de euros) para a Arábia Saudita.

Dados do SIPRI indicam que a Arábia Saudita é o maior parceiro comercial dos Estados Unidos e do Reino Unido em armas pesadas convencionais. As exportações para a Arábia Saudita constituem 13% do total de fornecimentos militares externos feitos pelos Estados Unidos e 48% das exportações de armas do Reino Unido, no período de 2012 a 2016.

Para James Lynch, a situação é clara: “Não há tempo a perder – pessoas no mundo inteiro estão a ser mortas, mutiladas e aterrorizadas por armamento que não devia sequer ter sido fornecido”.



© Amnesty International

O trabalho de investigação da Amnistia Internacional

Donatella Rovera é uma das investigadoras da equipa de resposta a crises da Amnistia Internacional. Esta equipa investiga abusos de direitos humanos em situações de conflito. O trabalho de Donatella consiste na recolha de provas que ajudam a confirmar a existência de crimes de guerra e de crimes contra a humanidade. Trabalha principalmente em países do Norte de África e Médio Oriente. Regressou recentemente da Síria, de Raqqa.

ENTREVISTA

DONATELLA ROVERA

PERITA DA AMNISTIA INTERNACIONAL DE RESPOSTA A CRISES

ESTEVE EM RAQQA, QUE SITUAÇÃO ENCONTROU NO TERRENO?

A situação é particularmente terrível. Raqqa é hoje a cidade mais destruída dos tempos modernos onde 80% dos edifícios na cidade foram destruídos ou estão gravemente danificados. As pessoas vivem, na sua maioria, nos escombros das suas casas. Não há eletricidade, há água até certo ponto, os edifícios não estão seguros. As pessoas vivem ali porque não têm outra alternativa. Eu fui ao terreno recolher provas dos danos civis resultantes dos ataques da coligação, de forma que a Amnistia consiga fazer pressão sobre os países da coligação liderada pelos Estados Unidos da América para que haja responsabilização, compensação e ajuda para os que sobreviveram possam reconstruir as suas vidas.

IMAGINO QUE TENHA ENCONTRADO SITUAÇÕES DRAMÁTICAS. QUER LEMBRAR ALGUMA?

Quase todos os casos com que me deparei eram trágicos. Lembro-me de um rapaz, tem 12 anos de idade, perdeu a mãe e dois irmãos quando o edifício onde estavam foi bombardeado. Nunca foi à escola, não sabe ler nem escrever porque durante quatro anos, em devia ter iniciado a escola primária, o Estado Islâmico governou Raqqa e os pais não enviavam os filhos à escola.

Continua a ir à escola. É um rapaz muito esperto que, como tantas outras crianças, passa o tempo a calcorrear as ruas e não vai à escola como tantas outras crianças.

TAMBÉM JÁ FEZ INVESTIGAÇÃO NO IÉMEN. QUANDO É QUE FOI A ÚLTIMA VEZ?

A última vez foi em 2016. Mais recentemente, em 2018, uma das minhas colegas esteve lá, mas só conseguiu ir ao Sul. No Norte onde estão a acontecer os ataques da coligação liderada pela Arábia Saudita, e que estão a lançar ataques aéreos sobre civis, não conseguimos entrar. Uma colega minha conseguiu entrar no Sul do país onde as forças dos Emirados Árabes Unidos (EAU) controlam as prisões e os centros de tortura. Publicámos há dias um relatório detalhado sobre como as armas oriundas de vários países europeus, vendidas EAU, foram distribuídas às milícias que continuam a violar os direitos humanos.

COMO É QUE A AMNISTIA PRIORIZA AS MISSÕES AO TERRENO?

Há vários fatores a ter em conta, como a gravidade da situação, a facilidade de acesso à região, o grau de segurança no terreno. As decisões são tomadas por um conjunto de pessoas, onde me incluo, assim como os outros colegas



© Andrea DiCenzo/Amnesty International

da equipa de resposta a crises e os colegas do programa regional, tenho e conta fatores referidos. Há locais onde seria importante fazer investigação no terreno, mas não conseguimos ir, e o Límen é um bom exemplo. Em 2015 e 2016 conseguimos entrar no país para investigar, mas agora já não conseguimos entrar. O mesmo se passa com Raqqa, foi possível entrar, mas não tenho a certeza que seja possível regressar daqui a uns meses, é muito provável que a zona vá passar para domínio do governo central da Síria e deixaremos de ter acesso. Para colmatar estas situações, temos feito investigação com recurso a imagens de satélite e à geo localização remota. Em Raqqa estive no terreno, e também lançámos o projeto “Strike Tracker” onde os voluntários da Amnistia ajudaram na análise das imagens. No caso do Límen a investigação feita em grande parte remotamente. Conjugamos o trabalho no terreno com o que é feito remotamente e as novas tecnologias dão uma grande ajuda e estamos a tirar partido delas.

O FACTO DE SER MULHER NÃO É UMA DESVANTAGEM QUANDO INVESTIGA EM DETERMINADOS PAÍSES?

Não, pelo contrário, tem sido uma enorme vantagem. Sendo mulher é-me mais fácil não chamar a atenção, basta

colar um véu e deixo de ser diferente. Fiz isso muitas vezes na Síria, durante grande parte do tempo em 2012 e 2013. Também na Líbia onde estive algum tempo. Um colega homem não o poderia fazer. Trabalhando em sociedades conservadoras, e Raqqa é um desses lugares, enquanto mulher, tenho acesso igual a falar com homens como com mulheres. Posso entrar numa casa onde só há mulheres, um colega homem não poderia fazer isso. Nestes países também há um grande respeito pelos convidados e ainda mais se foram mulheres. Há uma atitude protetora da parte da população em especial sobre as mulheres. Parece paradoxal, mas é infinitamente mais fácil para uma mulher investigar nestas sociedades do que para um homem.

JÁ ALGUMA SE SENTIU VERDADEIRAMENTE EM PERIGO?

Sim, frequentemente sinto-me em perigo em locais como Raqqa, ou Sul do Líbano, por causa das minas terrestres e outras munições por deflagrar. Sinto-me em perigo em locais específicos como a Somália, como no Sudão do Sul, na República Centro Africana, onde os soldados ou os membros de grupos armados, frequentemente, sob o efeito do álcool ou de drogas, estão preparados para te magoar e até matar para te roubarem. Também na Síria em 2012

e 2013, durante os bombardeamentos indiscriminados, era difícil protegeres-te. Também as ameaças de raptos, em particular, nas últimas duas visitas à Síria em 2013, onde amigos meus jornalistas e funcionários da ajuda humanitária foram raptados. Lembro-me na última visita de estar muito consciente de que poderia não conseguir regressar e que aquela era a minha última visita.

E O QUE É QUE CADA UM DE NÓS PODE FAZER PARA AJUDAR E APOIAR O SEU TRABALHO?

Depende do seu tempo ou da sua situação pessoal, há muita coisa que as pessoas podem fazer. Podem sempre passar a palavra, podem partilhar o trabalho que fazemos para que mais pessoas possam ficar informadas e que informem outras sobre as violações de direitos humanos que estão a ser cometidas. É muito importante dar a conhecer e pressionar. Também através de petições online, recolha de fundos, porque este trabalho custa dinheiro, viajar custa dinheiro, as imagens de satélite custam dinheiro. Podem envolverem-se, espalhar a palavras e seguirem a informação da Amnistia o mais possível.



À LUPA

Porque é que o mundo ainda não é igual?

O dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, é a oportunidade para lembrar a situação das mulheres. Há um ano, o Fórum Económico Mundial apelou a que 2018 fosse “o ano para as mulheres prosperarem”. Instou os governos a incrementarem a participação das mulheres e dos homens na força de trabalho. Mas em novembro de 2017, dois meses mais tarde, a organização disse que eliminar o fosso económico de género demorará 217 anos.

Anteriormente, em 2015, campanhas de grupos de mulheres e organizações de desenvolvimento e direitos humanos levaram os governos a fazer um compromisso político sob os objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, atingindo a igualdade de género em 2030.

Há um contraste severo entre o compromisso de atingir a igualdade de género dentro de 12 anos – incluindo através da igualdade de direitos das mulheres a recursos económicos – e o prognóstico de que, de facto, levará mais de dois séculos.

As barreiras que impedem as mulheres de atingirem os seus direitos económicos e sociais são bem documentadas. A ONU diz que a mulheres detêm apenas 12,8% do solo agrícola mundial. A falta de segurança no título de propriedade é um dos grandes obstáculos aos direitos das mulheres a comida, trabalho e habitação em zonas rurais

e urbanas. Regimes de herança e de propriedade discriminatórios impossibilitam frequentemente as mulheres de arrendar, possuir ou registar terra ou propriedade.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que 740 milhões de mulheres trabalham na economia informal, com falta de proteção legal, e têm acesso limitado ou nulo a sistemas de segurança social. Segundo a OIT, as mulheres são a maioria dos trabalhadores em certos segmentos das cadeias de fornecimento globais, como o vestuário e a horticultura, mas tendem a estar desproporcionadamente concentradas em trabalhos de baixos salários ou estatuto.

É urgentemente necessário que os governos adaptem os enquadramentos dos direitos laborais e as formas de os aplicar, de forma a lidarem com as lacunas na proteção dos direitos das mulheres a – e no – trabalho. É necessário que as empresas identifiquem, previnam e abordem riscos para os direitos laborais e outros direitos humanos em todas as suas operações globais e cadeias de fornecimento. Os governos têm de fazer uma mudança de paradigma substancial na maneira como atribuem responsabilidade legal no interior dos grupos empresariais e garantir que todas as vítimas têm acesso a compensações.

Os governos devem garantir a igualdade de género

É positivo que mais de 100 governos tenham agido para encaminhar afetações orçamentais para a igualdade de género. No entanto, os governos têm de fazer muito mais para avaliar, desenvolver e implementar políticas monetárias e fiscais adequadas à garantia da igualdade de género. Isto inclui implementar políticas de taxaço progressiva e lidar com a evasão fiscal e os fluxos financeiros ilícitos, de

maneira a disponibilizar mais recursos para concretizar os direitos económicos, sociais e culturais das mulheres.

Para atingirmos a igualdade de género, os governos podem e devem abordar as lacunas no enquadramento legal de aplicação das leis e na despesa pública. As mulheres não podem esperar outros 200 anos.



© Amnesty International

Em Portugal

A desigualdade de género marca diversas estatísticas. De entre estas são especialmente preocupantes aquelas que apresentam significativa e invariavelmente as mulheres como as mais afetadas pela violência de género.

Os dados nacionais constam do último Relatório Anual de Segurança Interna, que refere que 79,9% das vítimas de violência doméstica e 90,7% daquelas de violação são mulheres e que 84,3% dos denunciados/as e 99,2% dos arguidos/as, respetivamente, são homens. A estes dados acrescem ainda os do Relatório Preliminar do Observatório de Mulheres Assassinadas, segundo o qual o número de mulheres que foram assassinadas em contextos de intimidade ou relações familiares próximas no último ano foi superior ao registado em 2017, aos quais urge aditar os números fatídicos dos primeiros meses de 2019.

Porém, o número de condenações por violência contra as mulheres, incluindo a violência doméstica, é ainda residual quando comparado com os números de participações registadas pelas forças de segurança, facto que mereceu o alerta por parte do Grupo de Peritos sobre o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica (GREVIO) no seu último relatório sobre Portugal, publicado em janeiro.

Neste contexto, espera-se que este ano em que se celebram os 40 anos da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, seja também o ano da apresentação e implementação de iniciativas legislativas, políticas e práticas que, no cômputo geral, garantam os direitos humanos das mulheres e levem a maior e melhor efetivação dos direitos humanos em Portugal.



RADAR

© Fernando Silva

Proteger os direitos humanos através da arte

Artes pela Amnistia enquadra-se no projeto global *Art for Amnesty* que, desde a fundação da Amnistia Internacional, um pouco por todo o mundo, tem vindo a ganhar forma através de atividades de várias secções. O prémio “Embaixadores de Consciência” da Amnistia Internacional já premiou vários artistas, que escolheram utilizar a sua forma de arte para falar de questões globais.

As artes são um poderoso veículo para unir pessoas e promover a mudança, enquanto facilitadora de empatia e de sentido crítico. Através de uma pintura, de uma fotografia, uma música, de uma peça de teatro, é possível sensibilizar ainda mais pessoas, que se queiram mobilizar para ações concretas. Com o poder da criatividade é possível fazer ainda mais pelos direitos humanos, numa escala local ou global.

Na secção portuguesa, iniciamos este ano, formalmente, este projeto que pretende juntar artistas que partilham a mesma visão para o mundo – um em que cada pessoa possa usufruir em pleno dos seus direitos, independentemente do lugar onde nasçam. Através das artes, queremos fazer crescer o nosso movimento, com mais ativistas – incluindo, sobretudo, os mais jovens – e ter uma presença ainda mais visível na sociedade. O nosso projeto “Strong Voices” já tem dado cartas – vários artistas estiveram connosco na última campanha de comunicação para o IRS, na Maratona de Cartas contámos com Inês Castel-Branco para falar sobre os casos desse ano no programa “5 para a meia noite” (na foto da próxima página), já tivemos um mural do Vhils com o rosto de Marielle Franco, que permanece em

© Rodolphe Beaulieu/Amnesty International



© Karl Ferguson Jr.

Monsanto, em Lisboa e o espetáculo de teatro “Pedro e o Capitão”, sobre tortura, com interpretação de Ivo Canelas e Pedro Gil, entre outras figuras públicas que se têm juntado à nossa voz através das suas redes sociais. A nível internacional, já contamos com artistas como John Legend, Alicia Keys ou U2. Ainda a propósito do concerto dos U2, no último ano em Lisboa, foram recolhidas assinaturas para a campanha BRAVE.

Em 2018, no evento Fórum da Coragem, a par com as conferências e Assembleia Geral da secção portuguesa, tivemos oportunidade de diversificar o programa com momentos artísticos, desde a exposições de pinturas realizadas por alunos de Artes Visuais da Escola Superior de Educação de Lisboa a partir de retratos dos nossos casos da campanha BRAVE, a um momento partilhado de música com um “drum circle” e também um espetáculo de teatro criado por jovens entre os 13 e os 18 anos – “Abecedário do Medo” – que, perante uma sala cheia, conseguiu

despertar riso, lágrimas e reflexão sobre o mundo em que vivemos hoje, através do olhar singular dos 19 jovens em palco.

Também as nossas estruturas locais têm sido impulsionadoras de projetos artísticos para a defesa dos direitos humanos. O Grupo Local de Estremoz apresentou o espetáculo “A Rota da Palavra” e em Viseu, tivemos a obra “A Penny for your thoughts”.

Para 2019, para além das novas atividades artísticas já previstas no Plano Operacional, iniciamos a criação da plataforma de **Artistas pelos Direitos Humanos**.

Se é um/a artista que partilha a visão da Amnistia Internacional – um mundo com direitos humanos para todas as pessoas - e tem algum projeto com artes visuais, artes performativas, cinema, literatura, entre outras, incluindo a nível educativo, partilhe connosco através do endereço: artes@amnistia.pt

Que as artes sejam o nosso megafone: que a nossa mensagem continue a chegar aos ouvidos de decisores políticos e nos ajude a juntar ainda mais pessoas na defesa dos direitos humanos.



Mais sobre o projeto ‘Art for Amnesty’:
www.amnesty.org/en/art-for-amnesty



VIETNAME

ARRISCOU A SUA LIBERDADE PELOS DIREITOS DOS OUTROS

Trần Thị Nga, uma ativista vietnamita, mãe de dois filhos, foi espancada e ameaçada de morte na prisão onde se contra a cumprir uma longa pena de prisão devido ao seu trabalho pacífico de direitos humanos.

Em 2017, Trần Thị Nga foi presa por ter protestado de forma pacífica na sequência de um desastre ambiental que matou centenas de milhares de toneladas de peixes e que deixou milhares de pessoas sem emprego. Foi

Vamos apelar ao presidente do Vietname para que liberte de imediato e de forma incondicional a ativista Trần Thị Nga que corre risco de vida na prisão.

condenada a uma pena de nove anos de prisão e a cinco anos de prisão domiciliária.

Em agosto de 2018, Trần Thị Nga foi brutalmente espancada e ameaçada de morte por outra reclusa num ataque possivelmente orquestrado pelos guardas prisionais. Recentemente, os guardas impediram-na

de ver a sua família como punição por “não seguir as regras da prisão” sem que tenham dado mais nenhuma razão.

O Vietname é um dos países do Sudeste asiático que prende mais ativistas pacíficos. Tortura e outros maus-tratos, incluindo detenções em regime de incomunicabilidade, prolongada detenção em solitária, e suspensão deliberada de tratamentos médicos continuam a ser práticas comuns. Trần Thị Nga não está em segurança na prisão.

TCHETCHÉNIA

PARAR A PERSEGUIÇÃO DAS PESSOAS LGBTI

As pessoas LGBTI na Tchetchénia estão em perigo. Raptos, detenções em locais secretos, tortura e até assassinatos são alguns dos ataques que têm sofrido devido à sua orientação sexual. Duas destas pessoas foram torturadas até à morte no decurso da recente vaga de ataques contra pessoas LGBTI que teve início há dois anos. Isto tem que parar.

As pessoas vivem em constante medo de serem humilhadas, torturadas e mortas às mãos das autoridades que, igualmente, estão a retirar-lhes os passaportes e a destruí-los, fazendo com que, mesmo depois de serem libertados, continuem retidos na Tchetchénia.

Vamos pedir ao presidente Putin que acabe de imediato com a perseguição de pessoas LGBTI e leve os responsáveis perante a justiça.

As autoridades tchetchenas negam a existência de homossexuais, mas também incentivam a violência homofóbica ao dizer às pessoas que assassinem os próprios membros da família devido à sua orientação sexual. Isto significa que na Tchetchénia

qualquer pessoa suspeita de ser LGBTI corre sério risco.



IÉMEN

É PRECISO PARAR O ENVIO DE ARMAS

Execuções e tortura; perseguição de ativistas, jornalistas e académicos; o assassinato de um jornalista dissidente dentro de um consulado no estrangeiro e a escalada da crise humana no Iémen. Estes são alguns dos abusos que as autoridades sauditas estão a tentar esconder com dispendiosas campanhas de relações públicas.

Apesar disto, o conflito no Iémen tem sido difícil de ignorar – o mundo está chocado com as imagens de civis mortos e feridos; iemenitas a passar fome; de escolas, hospitais; mercados destruídos por bombas com a inscrição “fabricado em EUA” e “fabricado em RU”.

É preciso fazer chegar à coligação a mensagem de que estas violações não vão ser toleradas.

Precisamos de parar o fluxo de armas que estão a alimentar estas violações de direitos humanos no Iémen.

Vários países como a Alemanha, a Holanda e a Noruega – começaram a restringir a venda de armas à coligação Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos

(EAU). Mas outros países, incluindo os Estados Unidos da América (EUA), Reino Unido (RU), Espanha e Canadá, ainda fornecem armas.

Vamos juntar a nossa voz ao apelo global pedindo que parem as transferências de armas para a coligação Arábia Saudita-EAU que tem sido responsável por violações graves de direitos humanos e pelo sofrimento dos civis.

MOÇAMBIQUE

JORNALISTA DETIDO ARBITRARIAMENTE DEVE SER LIBERTADO

Amade Abubacar foi detido no dia 5 de janeiro de 2019, pela polícia do distrito de Macomia, província de Cabo Delgado, no Norte de Moçambique.

Foi detido quando entrevistava pessoas que tinham fugido das suas casas devido à intensificação de ataques violentos por parte de grupos extremistas no norte de Cabo Delgado. Foi-lhe confiscado o telemóvel, foi algemado e levado para a esquadra da mesma localidade, tendo sido transferido, no mesmo dia, para um local de detenção militar no distrito de Mueda. Aí permaneceu em regime de incomunicabilidade (sem poder contactar com a sua família ou advogado) durante 12 dias, tendo sido

Vamos apelar às autoridades para que libertem Amade Abubacar imediata e incondicionalmente e para que os jornalista possam trabalhar em segurança.

deslocado novamente para o primeiro local onde tinha estado detido. Nesta altura, aguarda julgamento.

Não se trata de um caso isolado. Também Estácio Valoi foi detido em dezembro do ano passado, de forma autoritária, acabando por ser libertado sem qualquer tipo de acusação e perdendo todo o seu material de trabalho que ficou na posse do

exército. Também em 2018 outro jornalista, de uma estação televisiva, foi detido enquanto trabalhava.

Vamos apelar ao Ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos para que as autoridades moçambicanas libertem Amade Abubacar imediata e incondicionalmente e assegurem que não seja sujeito a tortura e outros maus-tratos. E ainda, para que os jornalistas possam realizar o seu trabalho em segurança.



BOAS NOTÍCIAS



AHMED H - O FIM DA INJUSTIÇA!

Em 2015, Ahmed H, de nacionalidade síria, foi preso injustamente e acusado de “cumplicidade em ato de terrorismo” durante confrontos com a polícia na fronteira servo-húngara. Depois de três anos e meio atrás das grades, vai finalmente sair em liberdade e regressar para junto da mulher e das duas filhas, em sua casa no Chipre.

Condenado inicialmente a uma pena de 10 anos de prisão, que de seguida foi reduzida, primeiro, para sete anos e, depois, para cinco, Ahmed foi libertado no dia 19 de Janeiro de 2019. A sua libertação é uma imensa alegria para a família, embora ele nunca devesse ter sido detido e julgado por aquela infração.

Em agosto de 2015, Ahmed tinha deixado a sua casa no Chipre para ir ajudar os pais idosos e seis outros membros da família que tinham fugido da Síria e que procuravam segurança na Europa. Um mês depois, viram-se entre as centenas de refugiados abandonados na fronteira húngara depois de a polícia ter vedado a travessia para a Sérvia.

“A acusação contra Ahmed não teve nada que ver com justiça, pelo contrário faz parte da repressão draconiana sobre os direitos humanos do governo húngaro”, lembrou Eda Seyan, campaigner da Amnistia Internacional e perita em antiterrorismo.

O caso de Ahmed H foi um dos apelos mundiais da revista Agir nº 4, série VIII. Obrigado a todas as pessoas que participaram nos apelos.

A sua assinatura pode salvar vidas.

Todos os dias, em várias partes do mundo, há pessoas cujos direitos humanos são violados. Em cada edição damos a conhecer os seus casos. Não fique indiferente, assine e envie os postais. O resultado, é o que pode constatar nestas páginas.



ASIA BIBI **ESTÁ LIVRE!**

Esta camponesa cristã foi, em 2010, acusada de blasfêmia e condenada à morte. A acusação surgiu porque alguém afirmou que a tinha ouvido insultar o profeta Maomé. Acresce ao facto de ser cristã, ser discriminada por ser dalit, uma casta considerada “intocável”.

Em outubro de 2018, o Supremo Tribunal do Paquistão absolveu-a de todas as acusações e ordenou a sua libertação imediata. Perante a pressão de parte da opinião pública, que ameaçava com atos de violência e distúrbios, o governo recuou e acedeu e Asia Bibi foi impedida de sair do país sem que o Supremo Tribunal avaliasse uma “petição de revisão”

do caso. Enquanto isso ela permaneceu sob custódia de proteção. Em 29 de janeiro de 2019, o Supremo Tribunal rejeitou a petição e manteve a absolvição.

As leis sobre blasfêmia do Paquistão são demasiado amplas, vagas e coercivas. Têm sido usadas contra minorias religiosas, para vinganças pessoais e para grupos de vigilantes cometerem atos violentos. Com base em poucas ou nenhuma prova, as pessoas acusadas têm dificuldade em demonstrar a sua inocência enquanto grupos violentos e enfurecidos procuram intimidar a polícia, as testemunhas, os procuradores, advogados e juizes.



ESTUDANTE CONDENADO À MORTE **FOI ABSOLVIDO E ESTÁ LIVRE**

Acusado por um crime que não cometeu com pena de morte, Asim Omar Hassan, um estudante ativista, foi absolvido de todas as acusações e libertado no passado dia 21 de janeiro de 2019.

Asim Omar Hassan tinha sido preso no dia 2 de maio de 2016 e condenado à morte no dia 24 de setembro de 2017, acusado do homicídio de um polícia na sequência das manifestações de protesto organizadas pelos estudantes na Universidade de Cartum, em

março de 2016. Assim Omar, recorreu da condenação e o juiz ordenou, em agosto de 2018, que fosse aberto um novo processo que o declarou inocente.

A Amnistia está agora a pedir às autoridades sudanesas que investiguem as alegações de tortura de que foi alvo o estudante durante os dois anos e meio em que esteve detido. Numa das situações a tortura foi tão violenta que teve que receber tratamento hospitalar.

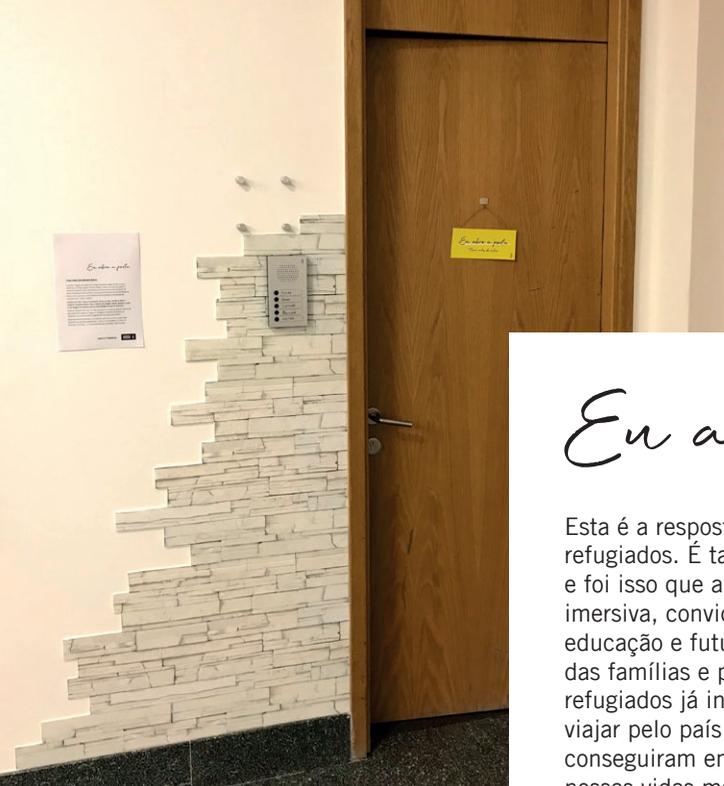
HÁ UMA ESPERANÇA PARA **GULZAR DUISHENOVA**

Em 2002, perdeu a mobilidade nas pernas na sequência de um acidente de carro que envolveu um condutor bêbado. A partir de então fez da sua vida uma missão para garantir que as pessoas portadoras de deficiência possam viver em dignidade e se possam movimentar livremente e sem barreiras nos acessos aos locais de

trabalho e aos transportes. Foi um dos casos da Maratona de Cartas de 2018 a nível internacional. A Amnistia Internacional pediu ao Quirguistão que ratificasse a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. A boa notícia chegou em março, com o voto unânime do Parlamento do Quirguistão a favor da ratificação da Convenção. Este é o primeiro passo para tornar o país mais acessível e inclusivo para Gulzar Duisheanova e todas as pessoas portadoras de deficiência.

© Svetlana Zelenskaya/
Amnesty International





Eu abro a porta

Esta é a resposta de um movimento de milhares de pessoas sobre acolher os refugiados. É também a resposta ao contributo positivo que trazem os refugiados, e foi isso que a Amnistia Internacional Portugal quis lembrar. Numa experiência imersiva, convidou as pessoas a escolherem um valor - amor, cultura, diversidade, educação e futuro – e a abrir a porta da casa e a conhecerem as histórias das famílias e pessoas que representam cada um daqueles valores e que são refugiados já instalados e integrados em Portugal. Em breve esta instalação vai viajar pelo país para que mais pessoas possam conhecer melhor cinco famílias que conseguiram encontrar a esperança no nosso país ao mesmo tempo tornaram as nossas vidas mais ricas.

Amor

A família Faheed chegou a Portugal em setembro de 2017. Após a longa e perigosa viagem desde o Iraque, encontram a esperança e segurança para poderem continuar a sua vida. Faheema e Fahd, filhos da família, já estão na escola e começam a construir o futuro, com a certeza de que o podem fazer em segurança. A chegada do filho mais novo, Cristiano, é motivo de sorriso e orgulho para esta família.

Diversidade

Fátima e os seus dois filhos Rafat e Yahya estão em Portugal desde 2015. Depois de saírem da Síria estiveram no Líbano, no Egito e chegaram a Portugal com um profundo desejo de começar de novo. O sucesso chegou com o Mezze, em 2017. O restaurante que esta família gere e onde emprega várias pessoas é hoje um ponto de encontro em Lisboa, onde se multiplicam sabores.

Cultura

Nazri diz que nasceu duas vezes. A primeira em 1947, na Palestina, e a

segunda em 2005, em Portugal. Afinal, apenas na segunda vez pôde nascer com liberdade, dignidade e em paz. Considera que sempre foi refugiado. Foi da Palestina para a Síria e depois para Portugal. Trabalha no Conselho Português para os Refugiados, mas é através das peças de teatro do Refugiacto que partilha experiências.

Educação

A vontade de continuar os estudos levou Nour a sair de Aleppo, na Síria. Foi da Síria para o Líbano e depois para a Turquia, onde concorreu a uma bolsa para continuar os estudos em Portugal. Esta bolsa tornou-se, como o próprio diz, no “novo capítulo da minha vida, em Portugal, em 2014”. Movido pela paixão pela arquitetura e pela gratidão, ajuda outros a continuarem os estudos e garante que fará parte da reconstrução do seu país de origem.

Futuro

Alan e a sua família são sírios e chegaram a Portugal em 2015, para recomeçarem a vida do zero. Percebeu as oportunidades que este novo desafio



lhe apresentava e que poderia também ser empreendedor no país que o acolheu. Assim, criou uma plataforma para a importação e exportação de produtos entre Portugal e o Médio Oriente. Conta com carinho como as pessoas lhes sorriam nas ruas de Alfama, sinal de acolhimento que tanto os marcou. Hoje, sorri abertamente quando nos explica como ele e a sua família estão felizes.



Só há um caminho, o da solidariedade e da justiça.

Assine o manifesto em:
amnistia.pt/euacolho



RECEITA PARA MUDAR O MUNDO

A educação para os direitos humanos é a chave para lutar contra as causas profundas de injustiça em todo o mundo. Quanto mais as pessoas souberem sobre seus direitos e sobre os direitos dos outros em sociedade, melhor preparadas estão para protegê-los. Foi isso que, no passado mês de janeiro, o diretor-executivo da Amnistia Internacional Portugal, Pedro A. Neto, lembrou numa visita de cinco dias a Cabo Verde.

A visita teve o propósito de providenciar uma formação em direitos humanos a convite da Comissão Nacional para os Direitos Humanos e Cidadania de Cabo Verde para os seus técnicos, sobre técnicas e estratégias de educação para os direitos humanos, com diferentes metodologias e para diferentes contextos educativos, incluindo comunidades. Contudo, acabou por ser muito mais abrangente possibilitando o contacto e reunião com defensores e defensoras de direitos humanos,

organizações não-governamentais, associações locais, órgãos de comunicação social e instituições de ensino. Foi uma oportunidade para perceber de que modo poderiam ser desenvolvidos trabalhos bilaterais futuros nesta área da educação para os direitos humanos.

“O mundo de hoje é uma comunidade global e no campo dos direitos humanos somos responsáveis uns pelos outros, sempre, todos os dias. No caso de Cabo Verde, como em outros países da CPLP [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa], a relação entre países é ainda mais estreita e profunda. As organizações não-governamentais devem por isso estar atentas, próximas e desenvolverem um trabalho colaborativo conjunto, neste tempo de desafios tão grandes para os direitos humanos no mundo. Conhecermos bem o terreno e a realidade concreta e diária dos defensores e defensoras de direitos humanos no país é fundamental, numa

troca de experiências e aprendizagem”, assumiu Pedro A. Neto.

Esta visita foi particularmente enriquecedora pela partilha, uma vez que os “desafios” a enfrentar “são diferentes”, mas que os direitos humanos “são os mesmos”. **“Cada vez mais, precisamos que os direitos humanos passem da teoria à prática, para em conjunto contrariarmos as limitações causadas pela falta de recursos, de igualdade e de liberdade, numa ação concertada. A violência e desigualdade de género, o acesso a saneamento básico, a água potável, os direitos económicos, sociais e culturais são ainda desafios incontornáveis”**, continuou.

A visita encerrou com a participação de Pedro A. Neto numa conferência na Universidade de Santiago subordinada ao tema “Direitos humanos e migrações no Sec. XXI – tendências e desafios atuais”.



Defender a esperança e os direitos humanos em Kibera

Kibera, na capital queniana, Nairobi, poderá ser o maior bairro de lata em África, mas é o lar de um dinâmico grupo de jovens ativistas que está a espalhar a importância dos direitos humanos através de teatro cheio de ação, poesia e dança. A Wasanii Sanaa, uma organização juvenil, e a Amnistia Internacional estão a enfrentar a pobreza, a toxicodependência e o tráfico de crianças ensinando à comunidade porque é importante conhecer e defender os seus direitos. Conduzida por Vincent, um defensor dos direitos humanos com 27 anos de idade e assistente jurídico a tempo parcial, a educação nunca foi tão divertida...





© Amnesty International

“A pobreza e o desemprego são um enorme problema em Kibera. Os jovens consomem drogas desde muito novos, a violência de gênero é corrente e a brutalidade policial é uma constante,” diz Vincent. Muitos dos seus amigos desistiram da escola, mas ele estava determinado a seguir um rumo diferente. “Na escola desenvolvi uma paixão pelas artes, e depois de ter conhecido Charles Nyukuri, o responsável de Educação para os Direitos Humanos na Amnistia Internacional Quênia, soube que queria ser um defensor dos direitos humanos. Ele guiou-me e ensinou-me a agir falando pelos direitos das pessoas.”

Depois de deixar a escola, Vincent aliou as suas qualidades artísticas à paixão pelos direitos humanos e criou a sua própria organização juvenil, a Wasanii Sanaa, com a orientação da Amnistia. Não tinha dinheiro, mas imprimiu cartazes, encontrou um espaço numa organização local e realizou audições. “Começámos a ensaiar poemas, danças tradicionais e pequenas paródias numa tentativa de educar Kibera sobre temas de direitos humanos localmente relevantes. O nosso grupo cresceu de quatro pessoas para 25!”

Julian (esquerda), 24 anos, integra a Wasanii Sanaa. Inspirada por Vincent,

estava ansiosa para pertencer ao grupo. Ganha um salário e representar em público ajudou-a a ganhar confiança. “Eu desfruto educando as pessoas sobre direitos humanos, mas em Kibera não é possível passar informação sem entretenimento. É por isso que juntamos ambos. Eu não sabia fazer danças tradicionais, poesia ou representar, mas hoje adoro fazê-lo.”

Da brutalidade policial e toxicod dependência à violência de gênero, John, outro jovem, combina conteúdo marcante com humor para garantir que as atuações têm o maior impacto possível. “Se o nosso evento se foca em reformas na polícia, falo dos nossos direitos. Se quero enfrentar a violência, uso as estatísticas. Pesquiso informação, porque quero ter suficiente conteúdo para partilhar e inspirar as pessoas. A verdade surge quando falamos – é a única maneira de as pessoas ouvirem e reconhecerem o nosso potencial.”

Estas atuações educativas e enérgicas garantem que Julian, Vincent e John são modelos a seguir em Kibera. “Aprendi como ter impacto sobre as pessoas,” diz Julian. “Atuamos em escolas, na comunidade, por isso encontro pessoas diferentes todos os dias. Gero confiança, porque as pessoas

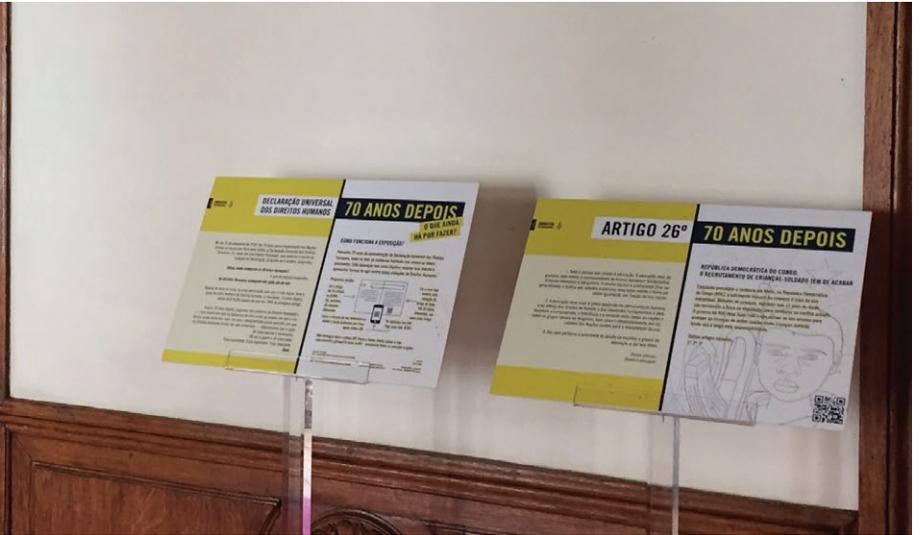
veem o que estou a fazer. Os pais perguntam frequentemente se os seus filhos se podem juntar ao grupo.”

Em parceria com a Amnistia, a Wasanii Sanaa acolhe também clubes de direitos humanos em escolas, providenciando um espaço seguro para os jovens aprenderem sobre os seus direitos e como reclamá-los. “Vi tantas crianças ganharem maior confiança, incluindo Vincent. Com o apoio da Amnistia, ele aprendeu muito sobre direitos humanos, e isso encorajou-o a fundar a sua própria organização. Outras crianças e jovens podem hoje falar livremente e partilhar questões de forma articulada, e muitos prosseguiram para a Universidade”, disse Charles Nyukuri.

Em Kibera, os jovens estão a encabeçar a mudança, a alterar e influenciar a comunidade, tornando-o um lugar de esperança. “Um defensor dos direitos humanos não deve ter limites,” disse Vincent. “Enfrentei muitos desafios enquanto ativista de direitos humanos, mas as pessoas percebem o que estou a tentar fazer e estou determinado a prosseguir. Quero fazer a diferença e capacitar a minha comunidade. Viver sob um teto enferrujado não pode enferrujar-nos a mente.”



ReAJ



Dia 10 de dezembro de 2018, fez 70 anos que a Organização das Nações Unidas se reunia em Paris para adotar a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH).

Apesar de esta se tratar de uma declaração que visa que cada membro da família humana viva uma vida digna, livre e igual, a realidade, 70 anos depois, ainda está muito aquém do que, em 1948, se almejava atingir, com violações de direitos humanos a ocorrer diariamente por todo o mundo, e não havendo um único estado no planeta que se possa orgulhar de respeitar essa declaração na sua totalidade.

De forma a mostrar o que é a DUDH e o que ainda há por lutar, 70 anos depois, a Rede de Ação Jovem da Amnistia Internacional Portugal (ReAJ) decidiu montar uma exposição interativa. Mostrando os artigos, um por um, e casos em que estes direitos estão a ser violados, procurando haver uma representação territorial para mostrar a globalidade da problemática, a exposição dava a oportunidade a quem a visse de agir: assinando uma petição, partilhando um tweet, adicionando o seu nome a um manifesto.

A exposição, de nome “70 anos depois: o que ainda há por fazer?”, tornou-se uma exposição itinerante, que pôde

ser vista em várias paredes da capital portuguesa, e que espera agora vir a conhecer outras cidades do território nacional. Entre o dia 10 de dezembro de 2018 e o dia 27 de janeiro de



2019, foi notada a sua presença na Assembleia da República Portuguesa (AR), na Cantina Velha na Universidade de Lisboa, no edifício central da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Faculdade Nova de Lisboa e, por último, na LX Factory. Na Assembleia da República Portuguesa, a exposição serviu de boas-vindas a todas as pessoas e entidades convidadas no dia 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos, e dia em que a Assembleia da República entregou o Prémio Direitos Humanos 2018.

Com esta exposição, a ReAJ pretende relembrar que os Direitos Humanos estão acima de qualquer interesse, de qualquer entidade, de qualquer estrutura de poder, e são inatos ao ser

humano. Garantir a sua universalidade está nas nossas mãos. Exigir direitos está nas nossas mãos. Temos de atuar e impedir que as vozes da igualdade e da justiça sejam silenciadas.

A ReAJ gostaria de deixar o seu agradecimento ao Grupo de Juristas da Amnistia

Internacional e à designer Laura Andrade (@unthingillustrations) pela ajuda imprescindível.

Luísa Freitas, Rede de Ação Jovem da Amnistia Internacional Portugal (ReAJ)



GRUPO DE

LEIRIA

Uma das paixões que move o grupo da Amnistia Internacional de Leiria é a Educação para os Direitos Humanos.

Quando recebemos o convite do Região de Leiria para fazer uma reportagem sobre estas sessões de EDH, ficámos muito entusiasmados.

O “‘bê-à-bá’ dos direitos humanos” foi uma grande oportunidade para dar a conhecer a todas as pessoas que costumam ler este jornal o trabalho que vamos desenvolvendo ao longo do ano, em várias escolas. Acreditamos absolutamente que as sessões de EDH são uma mais valia para jovens e crianças. Graças a estas sessões conseguimos descortinar algumas ideias pré-concebidas, debater e perceber as

ideias que os jovens têm em relação a vários assuntos, como a identidade de género e as desigualdades sociais.

A reportagem deu-nos visibilidade para demonstrar o impacto que o ensino dos direitos humanos tem nas crianças.

E assim terminou 2018.

Com o começo do novo ano, após alguns encontros e desencontros, conseguimos fazer um vídeo com a vereadora da Câmara Municipal, Ana Valentim, para a Maratona de Cartas.

A vereadora, sendo apoiante e defensora de várias causas sociais, aceitou fazer um vídeo sobre uma das Mulheres escolhidas para a Maratona de Cartas. A ativista escolhida foi

Marielle Franco.

O vídeo foi uma ótima ajuda para divulgarmos a Maratona de Cartas em Leiria.

Desta feita, se o ano de 2018 acabou bem, o ano de 2019 ainda começou melhor. Sentimos que o grupo já tem uma voz estabelecida na comunidade em que se insere, o que fortalece o trabalho da defesa dos Direitos Humanos na região de uma forma prolongada e perene. Venham novos projetos, novos ativistas e esperança renovada.

Bruna Oliveira, Grupo Local de Leiria da Amnistia Internacional Portugal





GRUPO DE

CHAVES



No passado mês de dezembro, o Grupo Local de Chaves promoveu a sua II “Semana dos Direitos Humanos”. A iniciativa, que pretende ter continuidade anual, teve início no ano de 2017 e tem como objetivo agregar um conjunto de atividades que ocorre em torno das celebrações do dia 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos, data que regista o momento da assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos que, em 2018, comemorou o seu 70º aniversário.

No dia 2 de dezembro, um domingo, cerca de 35 membros e ativistas do Grupo de Chaves rumaram a Vilar Formoso para uma visita de estudo e sensibilização ao Museu “Vilar Formoso - Fronteira da Paz”. Este magnífico espaço expositivo transmitiu a todos, “quase” fisicamente, a experiência dos refugiados europeus que, durante a II Guerra Mundial, tiveram como uma das poucas hipóteses de salvação a fuga através de Portugal. O recente Museu, além de uma merecida homenagem e consagração a Aristides de Sousa Mendes, é uma extraordinária chamada de atenção para que nunca nos esqueçamos nem nos demitamos da nossa luta por valores fundamentais inerentes a todos os seres humanos. Deixamos, por isso, o repto a quem

não conhece este espaço de o visitar quando lhe for oportuno. Vale mesmo a pena.

Nos dias 3, 4 e 5 de dezembro decorreu o “II Ciclo de Cinema de Direitos Humanos em Chaves”, no Cineteatro Bento Martins, bem no centro da cidade, tendo sido exibido, em cada um dos serões, um documentário, num total de 3: “China azul”; “Para onde foram as andorinhas?”; “O lado negro do chocolate” (“The Dark Side of Chocolate”). Este, é um documentário sobre a exploração e escravização de crianças africanas para a colheita de cacau, que ainda ocorre quase dez anos depois de uma indústria local do setor se ter comprometido a encerrá-la e perante a convivência de autoridades locais e grandes grupos económicos. “China Blue” aborda as relações de trabalho da China da globalização e retrata, na primeira pessoa, as condições sub-humanas de trabalho e os desrespeitos sofridos pelas adolescentes trabalhadoras para responderem às encomendas das multinacionais do ocidente. O documentário “Para onde foram as andorinhas?” é brasileiro, fala das questões ambientais, focando-se na desflorestação da Amazônia (Brasil) para ser substituída por monoculturas

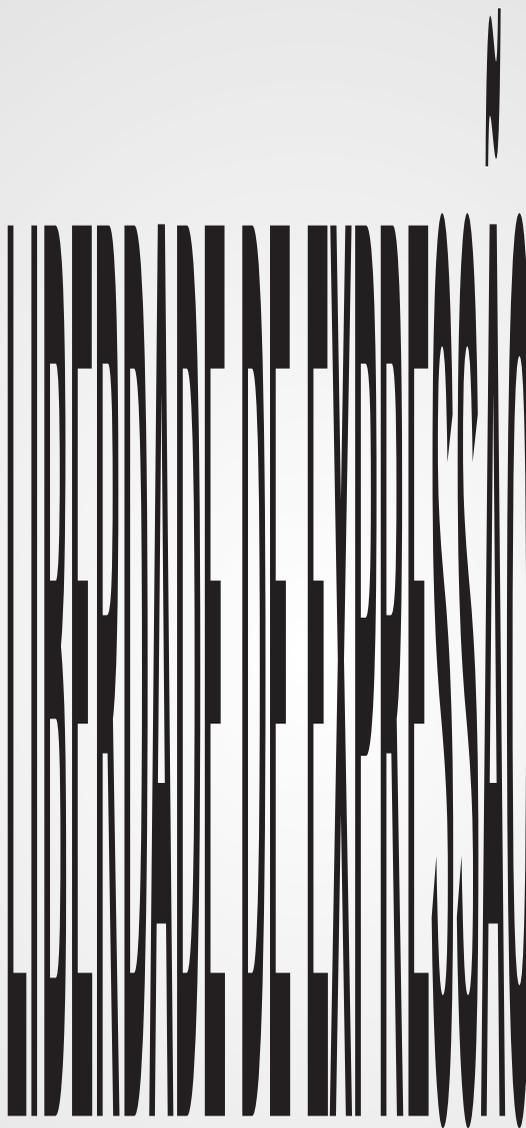
de soja e o seu impacto na população indígena e no ambiente em geral. Também este, conta com testemunhos dos mais diretamente afetados.

Ainda no dia 5 de dezembro decorreu a Exposição “Os direitos das crianças” e a “Maratona de Cartas” na Escola Básica de Santa Cruz-Trindade (Centro Escolar). No dia 10 de dezembro o Grupo promoveu uma sessão de EDH na Escola Secundária Dr. Júlio Martins, em Chaves e outra na Escola Básica e Secundária de Valpaços. O mesmo sucedeu no dia 11 na Escola Básica e Secundária Dr. Bento da Cruz, em Montalegre; e no dia 12 na Escola Básica e Secundária do Baixo Barroso, na Venda Nova, em Montalegre. Neste mesmo dia, à noite, membros do Grupo Local participaram no Projeto “Leituras de (En)Canto”, com a leitura de poemas sobre Direitos Humanos, na Escola E/B 2-3 Dr. Francisco Gonçalves Carneiro, Chaves; Projeto que, de resto, contará com a colaboração do Grupo Local ao longo de 2019.

No final do presente ano de 2019 o Grupo Local de Chaves levará a efeito a III Semana dos Direitos Humanos, que incluirá o “III Ciclo de Cinema em Direitos Humanos em Chaves”.

*Brigite Gonçalves,
Grupo Local de Chaves*

OS VERDADEIROS LÍDERES SABEM QUE **SÃO PRECISAS**
PERSPETIVAS DIFERENTES PARA O MUNDO EVOLUIR:



Experimente olhar de uma perspetiva diferente!
Consegue ver o que muitos querem manter escondido?
Eleve a folha até ao nível dos olhos, como na figura.

**JUNTOS DEFENDEMOS A LIBERDADE
DE EXPRESSÃO EM TODO O MUNDO.**



CONHEÇA A NOSSA EQUIPA

CÁTIA SILVA

COORDENADORA DE ENVOLVIMENTO DIGITAL

Olá,

Tem uns minutos para mim?

Se já começou a ler, obrigada, porque isso deve significar que quer saber mais sobre mim ou sobre a nossa equipa e isso é desde já digno de um agradecimento. O tempo é um dos nossos bens mais escassos, por isso, obrigada ❤️. (Acredite, eu sei do que falo. A minha vida é uma correria entre o trabalho, compras para casa, o futebol do filho mais velho, os trabalhos escolares do filho do meio e as birras do filho mais novo!!!)

Correrias à parte, hoje estou aqui para contar como vim parar à Amnistia Internacional e este é, na verdade, quase o meu #10YearsChallenge.

Tudo começou em 2008, que me tornei voluntária no então existente grupo de voluntários para assuntos relacionados com a pena de morte. Pouco tempo depois, abriu uma vaga para coordenar esta revista que tem nas mãos e eu concorri. Lembro-me que era manhã quando me telefonaram para dizer que tinha sido aceite e eu saltei durante vários minutos pela casa toda... A minha vida mudava nesse preciso momento.

Até então tinha feito trabalhos de que gostava, de que me orgulhava até, mas não sentia que estivesse a deixar a minha pegada no mundo. Com esta revista tudo mudou, porque em cada uma das páginas (que já terá lido entretanto) há um propósito: tornar o mundo melhor. Vejam-se os artigos, onde relevamos o que alguns gostariam de manter na escuridão, as boas notícias, onde percebemos que juntos e juntas

fizemos a diferença, as reportagens sobre as nossas estruturas, que mostram bem como podemos fazer mais pelo mundo quase sem sair de casa, e os apelos mundiais, com os quais salvamos vidas, mudamos leis, tornamos o mundo melhor.

Com orgulho, trabalhei nesta revista durante quase seis anos e no fim desse tempo o mundo digital já exigia a toda a secção uma muito maior atenção. Era preciso alguém para trabalhar só nesta área e foi aí que eu passei da revista para a realidade online. Desde então sou normalmente a pessoa que está por detrás das redes sociais da Amnistia Internacional Portugal e quem coordena os envios de e-mails e de mais alguma comunicação digital.

Pensando bem, as minhas funções não mudaram assim tanto. Continuo a ter por missão mostrar-lhe o que se passa no mundo, dizer-lhe toda a verdade e pedir-lhe que não fique indiferente. O mundo vai melhorando, posso assegurar-lhe, mas também sabemos bem que ele não melhora sozinho. A boa notícia é que muitas vezes fazer a diferença está só mesmo à distância de um clique.

Não acredita? Posso desde já dizer-lhe que a lista do que podemos fazer juntos e juntas online pelas pessoas de todo o mundo é infundável. Agora é ver para crer. Encontramo-nos já já no Facebook, no Instagram, no Twitter, no LinkedIn, no YouTube ou no e-mail. Se ainda não está connosco online junte-se agora mesmo: procure @amnstiapt e coloque “seguir” ou “like”. Eu, entretanto, já vou andando para ir buscar as crianças à escola.... “Vemo-nos” onlineeee!



Até agora, apenas conseguia fazer a consignação do IRS ou IVA no momento de entregar a declaração de rendimentos. Mas, a partir deste ano, pode fazê-lo já. Para isso basta aceder ao Portal das Finanças e indicar a entidade à qual pretende consignar o IRS ou o IVA. Deve fazê-lo até ao dia 31 de março, antes do início da entrega da declaração de rendimentos modelo 3 e do IRS Automático. Quando chegar a época do IRS, apenas tem de confirmar a sua opção.

COMO ANTECIPAR A CONSIGNAÇÃO DO IRS?

É muito simples. Para fazer a consignação do IRS antes da entrega da declaração de rendimentos, tem de aceder ao Portal das Autoridade Tributária e Aduaneira e realizar os seguintes passos:

1. Clicar em **Serviços**
2. Navegar na lista de serviços até à opção “**Dados Pessoais Relevantes**”
3. Escolher a opção “**Comunicar Entidade a Consignar IRS/IVA**” Na minha área, só depois de ter escolhido “submeter” é que fica disponível a opção de procura e escolha do nif e da entidade.
4. **Selecionar a entidade** a consignar clicando no botão de pesquisa

Dados da Entidade

NIF Denominação

5. **Pesquisar** ‘Amnistia’ no filtro. Esta opção está localizada no canto superior direito. Depois, apenas tem de clicar na entidade escolhida.

Lista de Entidades

Filtrar por: Amnistia

NIF	Denominação
501223738	AMNISTIA INTERNACIONAL - PORTUGAL, ABBREVIADAMENTE A.I. - PORTUGAL

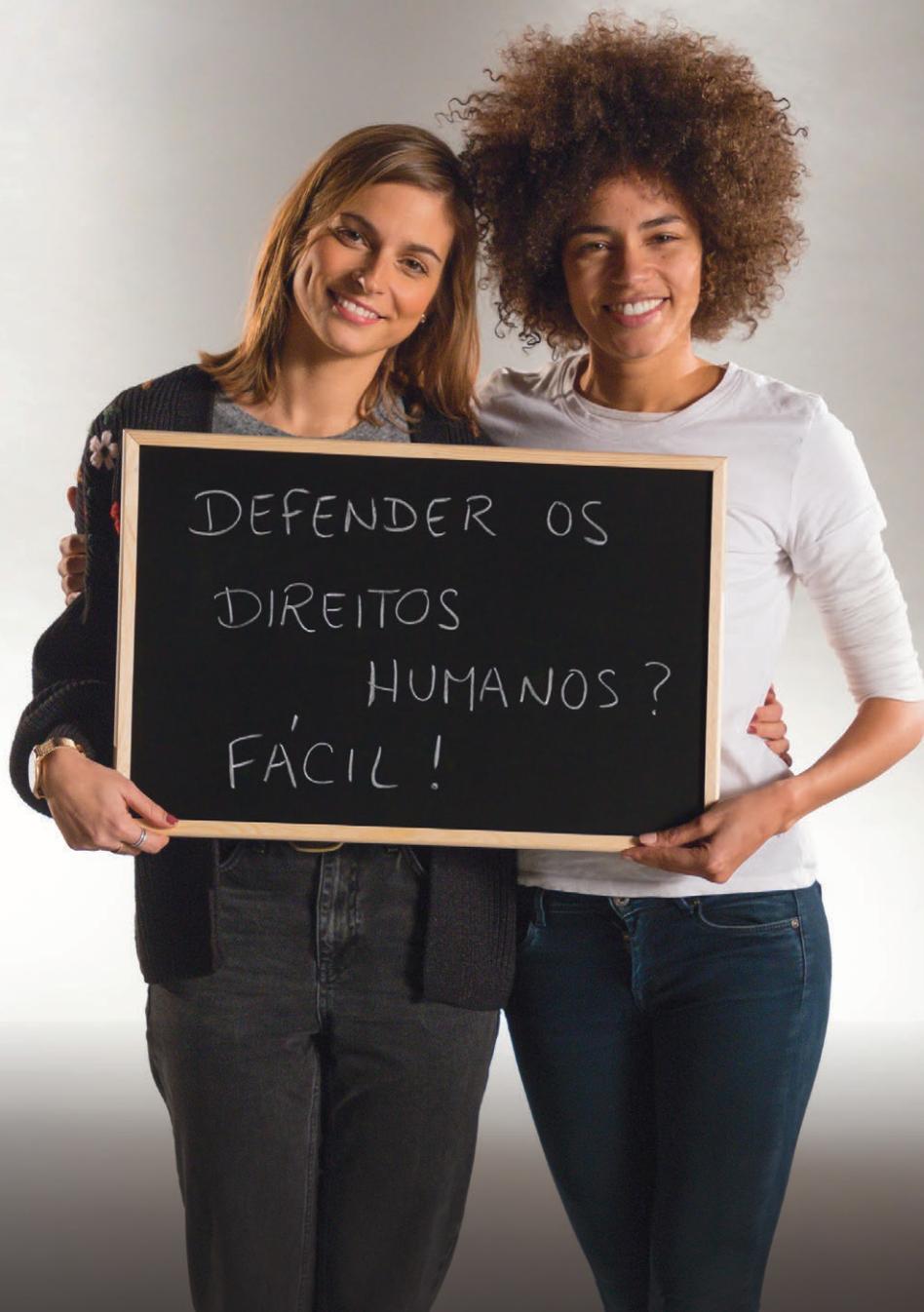
N.º de Resultados: 1
Filtrado por 4,032 total de entradas

6. **Submeter** o pedido

Queremos que saiba que, ao escolher a Amnistia para consignar o seu IRS, está a apoiar o nosso trabalho e a salvar vidas todos os dias. É uma forma simples e sem custos de dizer que os direitos humanos são importantes para si e que juntos conseguimos um mundo melhor e mais justo. Obrigado!

OS NÚMEROS QUE FAZEM A DIFERENÇA:

501 223 738



TÃO FÁCIL E SEM QUALQUER CUSTO,

BASTA DESTINAR 0,5% DO SEU IRS À AMNISTIA INTERNACIONAL.

Quando estiver a preencher a declaração de IRS, no **Modelo 3**, escolha o **Quadro 11** e coloque uma cruz ☒ e o **NIF 501 223 738** no **Campo 1101**. Sem qualquer custo ou perda fiscal.



Saiba como em:
irs.amnistia.pt

AMNISTIA
INTERNACIONAL

